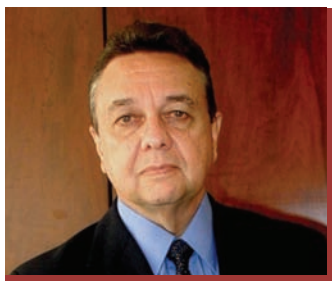


## Diário de bordo

## CNA e SOBER



Roberto Rodrigues\*

NO FINAL de julho, a Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural, presidida pelo dr. Elisio Contini, ex-coordenador da área estratégica do Ministério da Agricultura, realizou seu evento anual, com cerca de mil trabalhos técnicos apresentados.

Um dos produtos do evento foi o lançamento do Prêmio Sober/CNA, para os temas Produção Agrícola e Meio Ambiente e Produção Agrícola e Questões Fundiárias.

Trata-se de mais um esforço empreendido pela CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – em sua busca pela aproximação com a academia, com o objetivo de incentivar a produção de trabalhos técnicos que interessem aos agropecuaristas brasileiros.

Os prêmios serão oferecidos a autores de teses, artigos, dissertações e livros produzidos em centros de pesquisa e de pós-graduação sobre os dois temas.

É uma notícia alvissareira, seja pelo esforço de aproximação da CNA com a academia, seja pelos dois temas elencados. Ambos, uma vez estudados cientificamente, poderão trazer esclarecimentos definitivos à sociedade quanto à capacidade de produtores brasileiros assegurarem uma alimentação com qualidade para os consumidores nacionais e estrangeiros, sem prejuízo ao meio ambiente e com desenvolvimento democrático.

Entre as questões levantadas pela CNA estão: como conciliar o desenvolvimento do País, especialmente no setor primário produtivo, com a preservação ambiental? Qual o verdadeiro impacto das lavouras e das pastagens no meio ambiente e seu benefício na geração de empregos e de renda? Qual o custo para a sociedade da criação de unidades de conservação? Qual o custo de se manter a reserva legal nas propriedades rurais e seus benefícios ambientais? Não existe maneira mais econômica e com impacto positivo maior do ponto de vista ambiental? Quanto à questão fundiária, indicadores de população e força de trabalho da FAO (2004) demonstram que os países desenvolvidos possuem, em média, 6% de sua população economicamente ativa na agricultura e que países em desenvolvimento possuem 53%. O Brasil, em 2004, possuía 15% de sua PEA na agricultura, correspondendo a cerca de 12,1 milhões de pessoas. Para onde iremos diante de tais dados?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra revela que foram assentadas, até junho de 2007, mais de 1 milhão de famílias em áreas que ocupam 72 milhões de hectares. A área de produção de lavouras anuais ocupa, segundo o IBGE, 47 milhões de hectares. Ora, se os assentamentos de reforma agrária já ocupam uma área superior a da produção de grãos, qual a produção e a produtividade dos assentamentos, qual o custo para a sociedade e o benefício deles? Quantos foram consolidados e emancipados?

E ainda cabe avaliar as questões indígena, quilombola, dos ciganos, das comunidades ribeirinhas, sendo essencial excluir da discussão o componente ideológico. Daí a importância da visão acadêmica, límpida e séria.

Eis um bom desafio a quem se incline pelos legítimos interesses do agronegócio brasileiro. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## O paradoxo do agronegócio



Cesário Ramalho da Silva\*

O AGRONEGÓCIO vive um paradoxo na mídia, que lhe imprime uma marca de irresponsabilidade, neste caso nem ambiental, nem social, mas econômica, também um dos tripés da sustentabilidade. Pelo seguinte: nas páginas dos grandes jornais, o setor aparece como o mais dinâmico da economia, com aumento de safra, crescimento da agroindústria, responsável pelo superávit da balança comercial, registrando aumento de postos de trabalho, entre outras boas notícias.

De outro lado, também é possível ler nos mesmos jornais produtores rurais pedindo renegociação de dívidas. Alguma coisa está errada. Como podem os atores do setor mais pujante do País estarem pedindo prorrogação de vencimentos de dívidas? Primeiro, esclareçamos que a agropecuária não tem dívidas a saldar mas, sim, créditos a receber. Foi seu ininterrupto trabalho nesses mais de quinhentos anos que permitiu ao Brasil educar-se, urbanizar-se, industrializar-se, prosperar.

Mas independentemente disso, os produtores precisam conscientizar-se de que é necessário cada vez mais administrar o empreendimento rural como negócio, mesmo que, às vezes, tenham de romper com modelos anteriores. O produtor precisa avaliar o negócio como um todo, não apenas focar a produção em si. Tem de